



Comunicação alternativa: apontamentos sobre o *Varadouro – Jornal das Selvas*¹

SILVA, Lauane Laura da²

RESUMO: Este trabalho visa apresentar apontamentos acerca do *Varadouro – Jornal das Selvas*, que circulou em Rio Branco, capital do Acre, de 1977 a 1981, como imprensa alternativa, nos anos finais da Ditadura Militar brasileira. Neste sentido, o texto, que faz parte de trabalhos monográficos redigidos como um dos critérios para obtenção do título de bacharel em História junto à UFAC, tem por intuito dialogar sobre o periódico enquanto fonte para a produção historiográfica regional, dentro da perspectiva de História do Tempo Presente. Para tanto foram analisadas as vinte e quatro edições do *Jornal das Selvas* observando a linha editorial, o lugar social, as principais temáticas abordadas e seus financiadores.

PALAVRAS-CHAVE: História da Mídia Alternativa, Varadouro, Ditadura militar brasileira.

Os efeitos de 31 de março de 1964 resultaram em um conjunto de consequências no Acre, dentre elas, a censura aos veículos de comunicação. Por isso a Igreja Católica começou a exercer influência na criação de um jornal, cujo nome era *Varadouro*, como uma forma de comunicação alternativa. Esse periódico tinha como subtítulo *Jornal das Selvas* e, além de ter surgido por causa da censura aos veículos de comunicação, foi um grande propagador dos serviços e pastorais da Igreja, vez que ela exercia uma forte presença e apoio ao jornal, subsidiando as suas primeiras edições, conforme se lê em Costa Sobrinho:

Com os recursos para o pagamento da edição adiantados pela Igreja, os próximos passos foram encontrar uma gráfica. As oficinas da imprensa oficial se dispuseram a fazer o serviço. Para resolver o problema da falta de chumbo para a composição do jornal, o pessoal do Varadouro teve de comprar às pressas 300 quilos de metal em São Paulo. Daí então surgiu a necessidade urgente de construir uma empresa para legalizar as atividades do alternativo: Macauã Produções Gráficas e Publicações LTDA. (COSTA SOBRINHO, 2001)

¹ Trabalho apresentado ao *GT 7 História da Mídia Alternativa* do IV Encontro Regional Norte de História da Mídia, realizado em 19 e 20 de maio de 2016.

² Graduanda no Curso de Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC.



A partir disso podemos ir construindo o perfil do “lugar de produção” da fonte hemerográfica principal deste trabalho, ou seja, do momento em que era produzido o *Varadouro*, bem como as forças que tinham peso sobre o que ali era escrito.

E para traçarmos o perfil do *Varadouro* e analisarmos seus diferentes aspectos, também há que levantar questionamentos quanto ao papel do jornal como fonte. Neste sentido, devemos recordar que há muito tempo existem várias críticas em relação à imprensa escrita como fonte historiográfica, sobretudo no caso acriano do *Varadouro*, já que se argumenta que o número de pessoas que não tinham escolaridade e nem ao menos sabiam ler era muito grande, sendo assim, o uso do jornal como fonte era mal visto por alguns pesquisadores. Contudo:

A utilização da imprensa periódica como fonte para a pesquisa histórica brasileira ganhou terreno, ainda de forma tímida e lenta, na década de 1970, após a superação de antigas posturas que marcaram a prática historiográfica, notadamente as noções de “fonte suspeita” e “repertório da verdade.” (TELES L. E., 2013).

Luciano Teles explica ainda que a era comum a desconfiança dos historiadores quanto à “imprensa periódica”, visto que o seu uso pedia atenção em dobro, para não causar comprometimento da objetividade, cara à “disciplina histórica”, visto que:

No extremo oposto, foi lentamente se constituindo a ideia de “fato verdade”, que elegia a imprensa como “templo dos fatos”, enaltecendo a objetividade do fato jornalístico e esboçando uma tendência a utilizá-la como relato fidedigno da realidade, fonte imparcial e neutra dos acontecimentos. (CAPELLATO Apud TELES, 2013)

A essa afirmação de Capelato acrescenta Heloisa de Faria Cruz que “[...] a importância crucial dos meios de comunicação na atualidade faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea” (CRUZ, 2007).

Com base nisso, observa-se que a imprensa escrita tem grande relevância no meio social já que tenta produzir a compreensão do cotidiano de uma forma mais ampla e objetiva. De tal forma que as pesquisas sobre a imprensa vêm crescendo consideravelmente no decorrer dos anos, verifica-se que ainda assim elas não são totalmente capazes de explicar o seu desenvolvimento e nem de discernir o seu futuro.



A partir da década de 1970 começaram a se reconhecer a importância dos impressos e a preocupação de se escrever uma História da Imprensa, mesmo sendo essa preocupação um tanto antiga. Ainda que já tenham sido superados os “preconceitos” em relação à imprensa escrita como fonte, relutavam para que se pudessem escrever uma História por meio da imprensa.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador livre de seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008).

Dos argumentos de Tânia De Luca compreende-se que os jornais eram entendidos como fontes pouco confiáveis para a busca da “verdade verdadeira” dentro de uma leitura de documentos. Daí entender que isso estava associado à ideia de historiografia positivista, em que os documentos oficiais não trariam intencionalidades, enquanto que os textos jornalísticos estivessem cheios delas. Neste sentido, os periódicos seriam então pouco válidos a escrita da História.

Por sua vez, no artigo “O popular na imprensa: linguagens e memórias” Laura Antunes Maciel destaca que:

[...] os estudos sobre imprensa escrita desenvolvem-se em diversas direções, desde os trabalhos voltados para a realização de uma história da imprensa; os estudos sobre linguagem e a técnica do fazer jornalístico, destacando mudanças nos meios e alterações na linguagem jornalística; passando pelos inúmeros trabalhos historiográficos que utilizam a imprensa como fonte de informação, sem maiores reflexões sobre a função social da imprensa, até trabalhos recentes que abordam a imprensa periódica na perspectiva da História Social como uma prática social que constitui memórias e viveres urbanos (MACIEL, 2008).



Portanto, a realização de uma história da imprensa se desenvolve a partir de pesquisas voltadas para o uso de jornais enquanto fontes historiográficas válidas, desde que analisadas não como exclusivas ou fidedignas, mas repletas de intenções.

A predileção em trabalhar com imprensa escrita se deu pela possibilidade de rediscutir o *Varadouro* como fonte, a fim de romper com a ideia de “jornal sagrado de resistência à pecuarização”.

A escolha por desconstruir o caráter sagrado do *Varadouro* como “arauto da resistência”, veio da observação do uso de suas citações massivas como veículo de oposição apontado em vários autores, como por exemplo: Carlos Alberto de Souza em sua tese, em seu livro didático e artigo; ou ainda como em “Acre uma História em construção; ou na dissertação “Rádio difusora acreana, jornal Varadouro e outras mídias: discurso oficial e discurso de resistência na Amazônia Acreana; o texto do Bernardo Kucinski, ou em Michelle Portela e até mesmo no livro de Pedro Vicente Costa Sobrinho.

O que nos faz pensar o sobre lugar de produção discutido por Michel de Certeau:

“Lugar de produção” foi a expressão que Certeau celebrizou para expressar a idéia de que o historiador, em sua prática e operação historiográfica, escreve ele mesmo a partir de um lugar, de mais uma inscrição em uma sociedade e em uma comunidade historiográfica atualizada pela própria época, de um enredamento que o situa em uma instituição (universitária, por exemplo), de uma teia de intertextualidade que o influenciam de muitas maneiras. O historiador, homem de seu tempo, acompanha os ditos e enfrenta os interditos proporcionados por esse lugar, que se instala ademais em uma complexa estrutura de poder. O seu trabalho torna-se possível nesse “lugar de produção” específico, que precisa ser adequadamente compreendido, para cada caso, quando se trata de compreender a historiografia ou um trabalho historiográfico. O próprio leitor ou beneficiário do produto historiográfico, ele mesmo mergulhado em suas circunstâncias e perfeitamente inscrito em uma sociedade e no próprio lugar que torna possível as suas condições de leitura e a sua atividade como leitor, também interfere, à sua maneira, neste lugar de produção que demarca as condições de trabalho do historiador. (BARROS, 2012)

O lugar de produção destina-se ao fazer-se história, ou seja, à forma como o historiador irá se submeter ao trabalho com jornais enquanto fonte histórica, e o local onde o jornal é criado e para onde é destinado.



Na cultura acreana, a expressão Varadouro significa Selva, uma vez que eles buscavam discutir uma nova conjuntura em que o Estado se encontrava. Mas, o local físico de produção do jornal Varadouro situava-se na capital do Acre, a cidade de Rio Branco, rua Cel. João Donato, 291, bairro do Bosque. Nos levando a afirmar que embora o endereço tivesse relação com o nome do jornal, o motivo de optarem pela nomenclatura se deu por tentarem representar um caminho, ou seja, um “varadouro” na imprensa da época. Daí sua inserção como uma forma alternativa, devido à censura que os meios de comunicação sofreram.

O *Jornal das Selvas* se destinava a contar o momento histórico atual do Acre e de sua gente, uma vez que o Estado tinha passado por algumas transformações e precisava colocar em discussão os problemas da região, do nosso tempo e principalmente da nossa gente.

O Acre até a primeira década do século XX não era oficialmente parte do Brasil, isto porque, de acordo com as partilhas de terras no período colonial e imperial o território pertenceu inicialmente à Espanha e depois à Bolívia. Mas, a propriedade nem sempre anda junto com a posse. Neste sentido, a partir da segunda metade do século XIX ocorreram ocupação e povoamento brasileiro no Acre, embora isso tenha levado ao assassinato de populações indígenas que o habitavam.

O motivo da invasão e permanência de brasileiros em terras acrianas se dava em função da produção de borracha, através da extração de látex coletado nas árvores de seringueira, conhecidas cientificamente com o nome de *hevea brasiliensis*. Com o látex retirado de diversas árvores de seringas pelos seringueiros brasileiros, mediante o processo de coagulação por defumação se produzia a “pela” de borracha. Neste formato, a borracha era conduzida por rios até as casas aviadoras de Manaus e Belém, a fim de serem comercializadas internacionalmente como matéria-prima a diferentes indústrias, especialmente para a automobilística.

Junto com o crescimento da procura da borracha pelo mercado internacional foi ocorrendo o aumento de ingresso de brasileiros em terras acrianas para a extração da borracha, já que paralelamente a isto aconteceram fatores climáticos, econômicos e políticos que estimularam este processo, graças às grandes secas nordestinas e à introdução de imigrantes como mão de obra livre para trabalhar nas lavouras do sudeste.



Somado a isso, existiam ainda ações dos governos do Pará e Amazonas interessados no aumento da produção gomífera.

Assim, com o aumento da quantidade de brasileiros entrando em terras acrianas, consideradas bolivianas, surgiram problemas sociais, políticos, econômicos e militares. Pois, ainda que o Acre fosse oficialmente boliviano, conforme reconheceu o Império e mesmo o governo republicano nos seus primeiros anos, na região não se encontrava povoada de habitantes bolivianos. Isto porque a população indígena que existia no Acre durante o século XIX não tinha cidadania boliviana e nem era considerada como integrante da sociedade do país vizinho. Desse modo, era como se para brasileiros e bolivianos os indígenas não representassem uma forma de povoamento.

De tal modo que os quesitos políticos, econômicos e militares se reuniam e levaram a “questão do Acre” e seu desenvolvimento, já que entre 1899 a 1903 ocorreram conflitos políticos e militares motivados por questões econômicas, a exemplo da formação do Bolivian Syndicate, da criação da República do Acre por Luiz Galvez, do conflito armado liderado por Plácido de Castro (chamado incorretamente de Revolução Acreana), que foram solucionados com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903.

Mas, se com o Tratado de Petrópolis se resolveram as disputas com a Bolívia pela posse do Acre, somente em 1909 se solucionaram os problemas com o Peru (que também queria um pedaço das terras, acrianas). Mas, apesar de tudo isso, o Acre e sua produção de borracha nativa perderia sua importância no mercado internacional devido à concorrência dos seringais de cultivo, já que “a produção silvestre foi definitivamente suplantada em 1913. Nesse ano, enquanto o Brasil produziu 39.370 toneladas, a produção asiática alcançou 47.618 toneladas.” (SINGER: 1997, p. 329)

A “suplantação” da produção de borracha acriana pelos seringais de cultivo instalados na Malásia se deve à ação do “ladão no fim do mundo”, como também ficou conhecido Sir Henry A. Wickman que transportou as primeiras mudas da seringueira em 1876 do rio Tapajós até o jardim botânico de Kew situado na capital inglesa (JACKSON, 2011). Estas sementes originadas da “biopirataria” serviram como base para a formação de seringais de cultivo instalados em colônias inglesas e holandesas na Malásia, que controlaram a produção de borracha até a Segunda Guerra Mundial. E embora vários tenham sido as tentativas para valorizar, estimular e melhorar a qualidade



da produção gomífera amazônica, como o Plano de Defesa da Borracha de 1912, o Plano Stevenson de 1922 e a cessão de terras na Amazônia, a exemplo da Fordlândia de 1927 (SINGER, 1997:330-6) a produção de borracha nativa na Amazônia brasileira só retoma posição internacional de destaque com a Segunda Guerra Mundial.

Com a guerra entre Aliados e o Eixo, os seringais malaios ficaram sobre o controle deste. Graças a isso e à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (EUA, Império Britânico e URSS) foram assinados os Acordos de Washington, que levaram a reorganização da produção dos seringais nativos amazônicos – e especialmente acreanos (MARTINELLO, 2003). Contudo, ao final do conflito a produção gomífera acriana torna-se mais uma vez secundária. E a crise nos seringais amazônicos se intensificou com a instalação da Ditadura Civil Militar após março de 1964 no Brasil. E é nesse contexto que se deve entender a importância do Varadouro – o jornal das selvas como fonte principal desta monografia;

Assim, se em 1877, ano da grande seca no nordeste brasileiro, o Acre era propagandeado pelos governos do Amazonas e Pará como possibilidade de riqueza fácil e alternativa aos despossuídos de terras, cem anos mais tarde, quando da primeira edição do Varadouro - *o jornal das selvas* – ainda se apresentava a região como solução para a reforma agrária brasileira. E era no intuito de combater os efeitos negativos da nova orientação migratória e da reorientação da economia local que o Varadouro surgia.

A linha editorial do periódico defendia a publicação do Varadouro de 15 em 15 dias e o lugar de produção era até um fator determinante para isso, só ressaltando que o material para produção do jornal vinha de fora e muitas vezes eles não conseguiam gráfica para rodar o jornal para publicação, o que fazia com que atrasasse a publicação do mesmo.

O que nos faz voltar as atenções ao corpo redacional do Varadouro ou Jornal das Selvas, que era composto por um editor: Silvio Martinello, redatores: Celia Pedrina Rodrigues Alves, Elson Martins da Silveira, Luiz C. Carneiro, Rosa Maria Carcelen, Silvio Martinello, Terry Vale de Aquino, fotógrafo: Adalberto Dantas, arquivo: Jalva da Silveira. Enquanto que o corpo técnico era composto por um diretor responsável: Elson Martins da Silveira e um diretor-financeiro: Abrahim Farhat Neto. O jornal era de uma empresa chamada Macauã LTDA.



Não foi caracterizado no jornal se havia responsáveis por colunas e segmentos específicos do jornal, pois eles não identificaram isso nos periódicos, mas conseguimos identificar existência de colaboradores e que a participação deles se davam através das cartas (que eram até frequentes).

Observa-se que os membros do Varadouro ainda exercem funções na imprensa ou na vida pública atual. Abrahim Farhat Neto que era diretor-financeiro do jornal atua em movimentos sociais e milita no Partido dos Trabalhadores. Já Silvio Martinello continua desempenhando o papel de jornalista e escreve colunas para o jornal A Gazeta:

O Varadouro sempre circulou com anúncios em suas páginas. Suas grandes tiragens eram um atrativo para que as empresas veiculassem suas mensagens publicitárias. O governo do Acre, através de suas estatais, não se negou a anunciar nas páginas do jornal, mesmo sabendo que o alternativo não abria mão de sua autonomia e linha editorial; diferenciando de modo claro e cristalino o que era material da redação, do que era coisa paga: Pão, pão! Queijo, queijo!” (COSTA SOBRINHO, 2001)

As edições iniciais do jornal das Selvas foram custeadas pela Igreja Católica, já que ainda não se tinha investimentos de empresas que pudessem anunciar no periódico.

O público alvo do jornal eram as pessoas que viviam à margem de sociedade. Aquelas que não tinham estudo, que não tinha voz e nem vez em nossa sociedade. Ou seja, eram os seringueiros, os ribeirinhos, posseiros, indígenas, todos aqueles trabalhadores que não tinham oportunidade e nem uma perspectiva de melhores condições de vida.

Dessa forma, encerramos recordando que o jornal não conseguia se manter apenas das vendas dos periódicos, tendo duração de apenas 4 anos. No entanto, os custos das publicações eram feitas pelas vendas de exemplares e anúncios nas edições. A relação entre o público alvo e o jornal se dava por meio de cartas e essas cartas eram enviadas para o endereço sede do jornal ou eles ligavam para o número de contato que era disponibilizado junto com o endereço abaixo de cada edição. Os temas tratados no Jornal Varadouro eram muito diversificados e tratavam sobre floresta, meio ambiente, questão fundiária, mulheres, indígenas. Temáticas pertinentes a serem debatidas naquela época e ainda hoje, mas, embora as pesquisas estejam inconclusas, o que podemos observar é que o “jornal nanico” tinha contradições entre os seus anúncios e editoriais.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental*. Paraíba: Editora UFPB, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 24 abril. 2016.

DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'EU*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

FERREIRA, Paulo Roberto. *Mais de 180 anos de Imprensa na Amazônia*. 2003. Disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midia/paulorobertoferreira.doc>>. Acesso em 24.04.2016

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

MACIEL, Laura Antunes. *Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafos e imprensa – 1880/1920*. In: FENELON, Déa R.; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

_____. *O popular na Imprensa: linguagens e memórias*. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005..

PORTELA, Michelle da Costa. *A mulher seringueira em Varadouro – um jornal das selvas*. In: Simpósio Temático 19 – *Intersecções entre gênero e sociodiversidade amazônica*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: *Corpo, Violência e Poder*, 25 a 28 de agosto de 2008, UFSC.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. *Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental*. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. 234p.



SOUZA, Carlos Alberto Alves de. “**Varadouros da Liberdade**”: cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: 1998, v. 16, p.221-231. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11202/8210>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

TELES, Luciano Everton Costa, mestre em História. O jornal como suporte documental e/ou recurso didático para aliar transmissão e produção no conhecimento do ensino de história.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Prefácio Senador Tião Viana. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 vol.

Varadouro: o jornal das selvas. Ano I, número 1, maio de 1977, edição quinzenal.

WILLIAMS, Raymond; B. JANNUZZI, Ricardo (Tradução); CRUZ, Heloisa de Faria (Revisão técnica). **A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica**. *Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2202/1308>> Acesso em: 24 abril. 2013.